

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.529 - SP (2019/0229764-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
SUSCITANTE : **JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE OSASCO - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CRIMINAL DE CARAPICUÍBA - SP**
INTERES. : **JUSTIÇA PÚBLICA**
INTERES. : **VANETE TERESINHA NUNES VIEIRA**

DECISÃO

Trata-se de conflito positivo de competência envolvendo o JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA DE OSASCO – SJ/SP, o suscitante, e o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE CARAPICUÍBA – SP, o suscitado.

O Ministério Público Federal sumariou os fatos que deram ensejo à instauração do presente incidente nos seguintes termos (e-STJ fl. 34):

2. Consta dos autos que foi requerida restituição de veículo de terceiro no processo n. 0002923-24.2017.403.6130, em trâmite na Justiça Federal, por Vanete Teresinha Nunes Vieira, que alegou ser proprietário do bem móvel. Sob o fundamento de que haveria dúvida acerca da propriedade do bem, o juízo federal julgou improcedente o pedido, de modo que a questão deveria ser resolvida no juízo cível competente.

3. Ocorre que Vanete Teresinha Nunes Vieira também pleiteou a restituição do referido bem perante o Juízo Estadual da 2ª Vara Criminal de Carapicuíba, que julgou o pedido procedente e determinou a liberação do automóvel.

Ao final, o *Parquet* Federal manifestou-se para que fosse declarada a competência do Juízo suscitante (e-STJ fls. 34/35).

É o relatório.

Decido.

Conheço do conflito, pois trata-se de controvérsia instaurada entre juízes vinculados a tribunais distintos, a teor do que preceitua o art. 105, inciso I, alínea *d*, da Constituição Federal.

Constato, inicialmente, que, nos autos do incompleto incidente de alienação antecipada de bens formulado pela Polícia Federal e carreado ao presente

conflito de competência, o Juízo Federal suscitante indeferiu o pedido de restituição do bem ao argumento de que haveria dúvida sobre a propriedade dele.

O procedimento de restituição de coisa apreendida foi, então, remetido para a Justiça Estadual Criminal de Carapicuíba/SP, a qual deferiu o pedido por entender que "*a vasta prova documental juntada não deixa dúvidas acerca da propriedade do bem*" (e-STJ fl. 10).

O procedimento de restituição de coisas apreendidas encontra-se disciplinado pelo art. 120 do Código de Processo Penal, que assim dispõe:

Art. 120. A restituição, quando cabível, poderá ser ordenada pela autoridade policial ou juiz, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.

§ 1º Se duvidoso esse direito, o pedido de restituição autuar-se-á em apartado, assinando-se ao requerente o prazo de 5 (cinco) dias para a prova. Em tal caso, só o juiz criminal poderá decidir o incidente.

§ 2º O incidente autuar-se-á também em apartado e só a autoridade judicial o resolverá, se as coisas forem apreendidas em poder de terceiro de boa-fé, que será intimado para alegar e provar o seu direito, em prazo igual e sucessivo ao do reclamante, tendo um e outro dois dias para arrazoar.

§ 3º Sobre o pedido de restituição será sempre ouvido o Ministério Público.

§ 4º Em caso de dúvida sobre quem seja o verdadeiro dono, o juiz remeterá as partes para o juízo cível, ordenando o depósito das coisas em mãos de depositário ou do próprio terceiro que as detinha, se for pessoa idônea.

§ 5º Tratando-se de coisas facilmente deterioráveis, serão avaliadas e levadas a leilão público, depositando-se o dinheiro apurado, ou entregues ao terceiro que as detinha, se este for pessoa idônea e assinar termo de responsabilidade.

Da leitura do citado dispositivo, constata-se que o feito deverá ser remetido ao Juízo cível apenas no caso de dúvida acerca da propriedade do bem, cujo esclarecimento dependa de dilação probatória não compatível com o Juízo criminal.

Ocorre que, no presente caso, como visto, o Juízo criminal, após a instauração do incidente na forma legal, reputou estar comprovada a propriedade do bem. Assim, não há que se falar em incompetência do Juízo criminal para processar e julgar o feito, muito menos na necessidade de se enviar o incidente para o Juízo Cível.

Superior Tribunal de Justiça

Registre-se, ainda, que não há que se falar em violação à coisa julgada, uma vez que o Juízo Federal decidiu o incidente de alienação antecipada de bens formulado pela Polícia Federal e o pedido de restituição sem nenhuma definição quanto à propriedade do bem.

Com base nessas considerações, conheço do conflito **e dou por competente o Juízo suscitado.**

Publique-se. Comunique-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator